

# P

lano

de

Formação

2018/2020



1 - Enquadramento legal

2 – Contexto ecológico do Agrupamento

- a) Breve caracterização
- b) Missão
- c) Visão
- d) Valores
- e) Prioridades
- f) Objetivos estratégicos

3 – Objetivos e finalidades do Plano de Formação

4 – Diagnóstico e planeamento da formação

- 4.1 - Levantamento de necessidades de formação
- 4.2 – Prioridades de formação e seus destinatários

5 – Designação e modalidade das ações

6 – Recursos humanos e físicos a mobilizar e custos

7 – Metodologias e instrumentos de avaliação da formação



Este documento materializa os diversos diplomas legais naquilo que são os seus pressupostos teóricos e configurações regulamentares, cumprindo com as suas orientações, mas em convivência com o conceito de autonomia conferida aos Agrupamentos de Escolas.

Foram verificados e conjugados os seguintes documentos normativos:

- Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril;
- Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho (que altera e republica o anterior);
- Despacho n.º 18038/2008, de 4 de julho;
- Decreto-lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto-lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro;
- Despacho 4595/2015, de 6 de maio;
- Despacho 5741/2015, de 11 de junho;
- Decreto-lei n.º 127/2015, de 7 de julho.

## 2 - Contexto ecológico do Agrupamento



O concelho de S. Pedro do Sul é constituído por 14 freguesias, sendo mais de metade da sua área geográfica constituída por zonas de montanha, sobretudo na parte a norte. O envelhecimento populacional constitui uma realidade vincada e o despovoamento é significativo, sobretudo nas zonas de maior interioridade.

Desde 1991 que se regista uma evolução fortemente negativa da população, tendo passado de 18.909 habitantes, em 2001, para 16.695, em 2011, e para 16.336, em 2013. A evolução demográfica negativa é transversal às várias freguesias, sendo mais acentuada naquelas mais distantes da sede de concelho.

As crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representavam 12% da população residente, em 2013, e os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos representavam 10,9%. Os primeiros sofreram um decréscimo de 32,6 %, no período entre 2001 e 2011, e os segundos, um decréscimo de 39,4%, no mesmo período.

Relativamente à escolaridade e comparando os dados de 2001 e 2011, verifica-se uma diminuição da população sem qualquer grau de ensino e da população só com 1º ciclo e 2º ciclo. Por outro lado, regista-se um aumento da população com 3º Ciclo, Ensino Secundário e Ensino Superior (de 25% para 39%). Verifica-se ainda que a maior parte da população possui apenas o 1º ciclo do ensino básico.

No que aos sectores de atividade diz respeito, importa referir que, embora São Pedro do Sul seja uma região onde as marcas da ruralidade ainda estão presentes, estas têm perdido a importância de outrora, verificando-se, entre 2001 e 2011, um decréscimo do sector primário e uma duplicação do sector terciário. As freguesias mais rurais são as que se encontram mais afastadas da sede do concelho (Pindelo dos Milagres, Manhouce, Covas do Rio e S. Martinho da Moitas), onde uma parte significativa da população residente continua a exercer a sua atividade no sector primário, numa agricultura familiar, de minifúndio e de baixo rendimento.

O peso do sector terciário na atividade económica da região deve-se, em parte, ao facto de o concelho possuir recursos termais muito relevantes, afigurando-se o termalismo como um importante polo de desenvolvimento do concelho. Os serviços de natureza social absorvem também uma significativa fatia da população empregue neste sector.

Mais de metade dos alunos do Agrupamento provém da União das Freguesias S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, dados que se mostram alinhados com o despovoamento progressivo das freguesias mais

rurais. Deve referir-se, no entanto, que o Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa abrange, no que se refere à escolaridade até ao 9º ano, as freguesias de Carvalhais e Candal, Manhouce, Santa Cruz da Trapa e Cristóvão de Lafões, Serrazes e Valadares.<sup>1</sup>

Como principais problemas/dificuldades dos alunos, destaca-se, com base na análise dos dados disponíveis, o baixo desenvolvimento sociocultural da população, que se reflecte negativamente no comportamento/ aproveitamento/falta de expectativas de muitos dos alunos; o acompanhamento pouco consistente por parte dum número significativo de Pais/Encarregados de Educação; um elevado número de alunos com poucos hábitos e métodos de trabalho; e a falta de articulação entre os vários ciclos, órgãos e departamentos curriculares do AE.

Sendo missão da Escola a prestação à comunidade, em geral, e aos seus alunos, em particular, um serviço educativo de qualidade, que promova uma permanente ação formativa e de desenvolvimento global, o progresso social e a democratização do ensino, foram perspetivadas as linhas orientadoras a seguir e definidos os objetivos a cumprir:

*- Promover o desenvolvimento integral dos alunos, sendo objetivos de referência:*

- Criar condições facilitadoras da formação integral dos alunos, promovendo aprendizagens de qualidade que contribuam para o sucesso;
- Potenciar a igualdade de oportunidades no acesso aos apoios e respostas educativas diferenciadas, nomeadamente a alunos com dificuldades específicas de aprendizagem;
- Promover uma cultura de responsabilização, incentivando a formação de cidadãos livres, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana da educação;
- Criar ofertas educativas adequadas às necessidades dos alunos e da própria região, promovendo a qualificação profissional;
- Contribuir para o desenvolvimento de hábitos de vida saudável;
- Reconhecer e valorizar o mérito.

*- Prevenir e combater o abandono/absentismo, sendo objetivos de referência:*

- Diversificar as ofertas educativas, de modo a responder às motivações dos alunos;
- Dinamizar atividades diferenciadas que potenciem o gosto pela escola (através de projetos, clubes e outras atividades mobilizadoras);
- Incentivar o espírito de iniciativa dos alunos na criação de novos projetos;
- Valorizar a participação voluntária dos alunos nas atividades da escola;
- Articular e potenciar os recursos disponíveis em situações de risco de absentismo e/ou abandono.

*- Fomentar a relação escola/família/comunidade, sendo objetivos de referência:*

---

<sup>1</sup> (Fonte: INE, Censos 2011)

- Promover a participação dos pais/encarregados de educação no percurso educativo dos seus educandos;

- Proporcionar atividades específicas direcionadas aos pais/encarregados de educação;

- Promover e rentabilizar parcerias com a comunidade, nomeadamente nos domínios da formação em contexto de trabalho e do desenvolvimento da cidadania.

- *Melhorar a qualificação e organização dos recursos humanos, sendo objetivos de referência:*

- Fomentar a formação contínua do pessoal docente e não docente, adequada às exigências da escola atual.

- *Promover a autoavaliação e a melhoria global da escola, sendo objetivo de referência:*

- Promover práticas de autoavaliação regulares, consistentes e que potenciem a melhoria do serviço educativo prestado.



Os tempos modernos e o elevado ritmo evolutivo que deles decorre exigem das pessoas e das instituições uma atitude de atenção permanente face às suas exigências de acompanhamento científico, técnico e humanístico. A Escola, parte integrante e integradora da sociedade, vê-se na centralidade deste vórtice civilizacional e procura encontrar novas formas de organização, reformulando os seus ideários e reorientando os seus recursos, de forma a dar uma resposta adequada ao devir da modernidade.

Como em qualquer instituição, a essência sapiencial da Escola depende da qualidade dos seus recursos humanos, pelo que a formação contínua emerge como um imperativo que se afirma prioritário face aos demais. Importa pois que educadores, professores, técnicos especializados, assistentes administrativos e assistentes operacionais se mantenham atualizados, sob pena de se desviarem do rumo evolutivo e de se tornarem incapazes de estar à altura dos novos desafios. O que “hoje” nos parece atual pode já “amanhã” afigurar-se como obsoleto, pelo que a aposta na formação se vê cada vez mais legitimada e inevitável.

Um plano de formação deve, pois, acompanhar a realidade instituída e constituir-se como um mecanismo de operacionalização de uma linha de ação estratégica previamente definida. Deve ainda configurar-se como um documento orientador e coordenador das diversas ações formativas da Escola. Através dele, o Agrupamento prossegue um caminho de promoção do desenvolvimento de competências profissionais dos seus agentes educativos em função dos objetivos inscritos no Projeto Educativo.

*1 - É na base deste pressuposto que aqui se enunciam as finalidades do desiderato formativo do AESPS:*

- a) Definir as necessidades e prioridades formativas dos docentes do agrupamento;
- b) Melhorar da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem escolar dos alunos;
- c) Investir na carreira profissional dos docentes através de um aperfeiçoamento contínuo do seu desempenho;
- d) Potenciar o incremento e melhoria de competências profissionais, relacionais e pessoais de todos os elementos da comunidade escolar;
- e) Promover mecanismos de autoavaliação eficazes, alavancados por iniciativas que favoreçam uma contínua melhoria da qualidade de resposta educativa do Agrupamento;
- f) Apoiar a emergência operacionalização de projetos de formação;

*2 - Para alcançar estas metas, pretende ainda este documento:*

- a ) Proporcionar ao pessoal docente e não docente um conjunto de iniciativas formativas que deem resposta às suas necessidades de formação;

- b) Promover o recurso às tecnologias de informação e comunicação no contexto de sala de aula;
- c) Gerar novas dinâmicas de sala de aula através do recurso de renovados processos pedagógicos de mudança;
- d) Fomentar a permanente atualização técnica e didática através da frequência de ações de formação em áreas disciplinares específicas;
- e) Proporcionar informação relevante para a operacionalização da flexibilização curricular em curso veiculada pelo Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho;
- f) Garantir o acesso esclarecido aos novos princípios e normas da inclusão inscritos no Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho;
- g) Partilhar boas práticas, novas ideias e materiais que favoreçam o advento de uma prática investigativa constante e de inovação educacional.



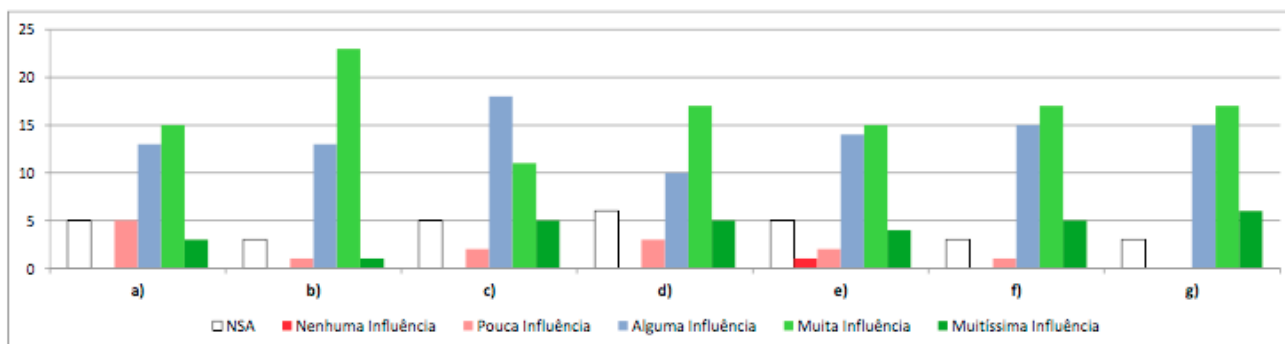
O Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire e Lafões dispõe de um instrumento de avaliação do *impacte* da formação realizada que permitiu operacionalizar a emissão de juízos de valor, por parte dos formandos a ele adstritos, acerca da eficácia pragmática das aprendizagens nas práticas pedagógicas, didáticas e nos conhecimentos científicos de cada um deles, e da forma como estas se refletiram na dinâmica dos respetivos agrupamentos de escolas.

Esse documento, em formato de questionário, foi remetido a todos os formandos solicitando que, para os cinco domínios em análise, manifestassem as suas opiniões individuais em relação à formação recebida. Dessa consulta, obtiveram-se os seguintes resultados:

### ***A frequência contribuiu para que me sinta mais competente, relativamente a:***

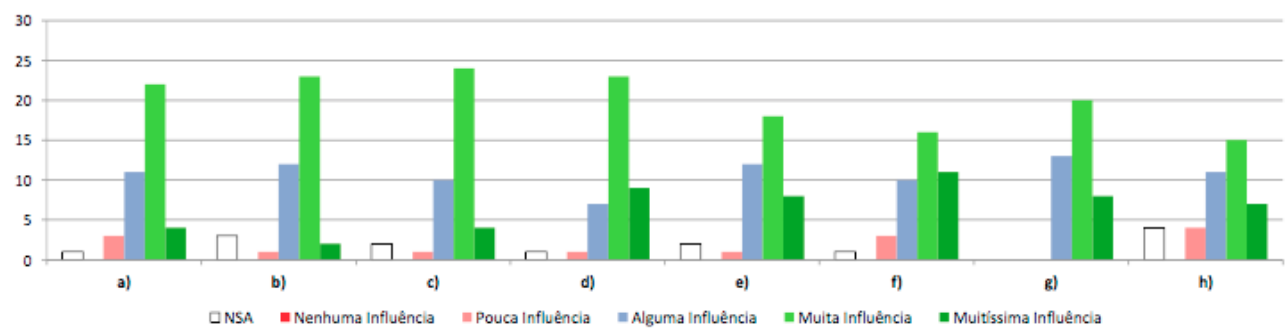
#### **1. IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO CURRÍCULO**

- Compreender os conceitos inerentes à Organização Curricular
- Flexibilizar o programa, de acordo com as necessidades dos alunos
- Gerir o currículo em parceria com outros parceiros educativos
- Colaborar na construção dos documentos estruturantes da Escola
- Colaborar na construção do(s) Plano(s) de Turma
- Conceber/dinamizar projetos inter/trandisciplinares
- Conceber/dinamizar projetos ajustados aos contextos de trabalho



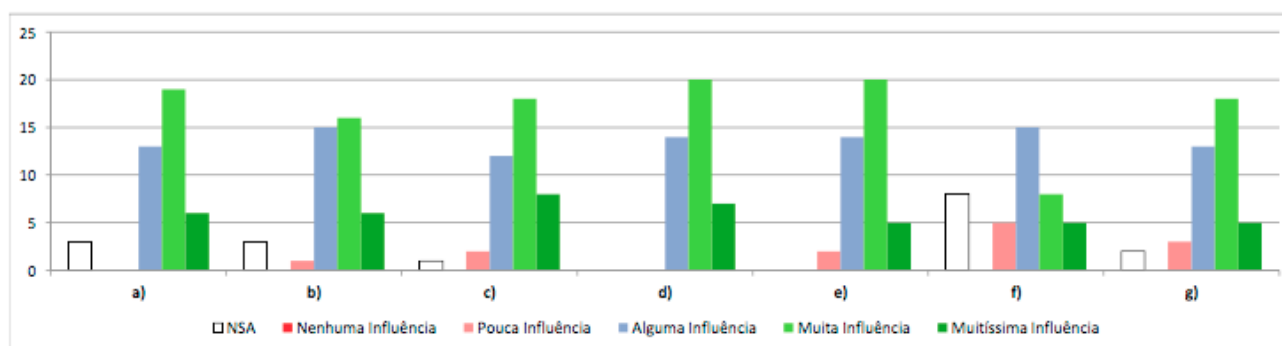
#### **2. CONHECIMENTOS DISCIPLINARES E PEDAGÓGICOS**

- Adquirir maior segurança ao nível científico
- Adquirir conhecimentos para articular as diferentes áreas curriculares
- Planificar as aulas tendo em conta o desenvolvimento de competências dos alunos
- Utilizar metodologias ativas e diversificadas, envolvendo o aluno num processo ativo de aprendizagem
- Promover e implementar aprendizagens diversificadas adequadas aos contextos
- Promover um clima positivo na sala de aula
- Encontrar formas eficazes de ajudar os alunos com dificuldades
- Estimular um clima de inclusão



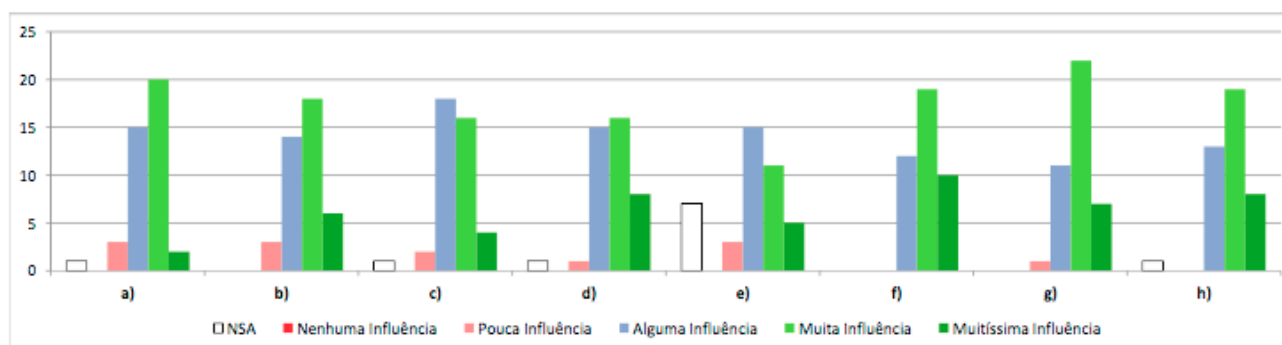
### 3. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NOS ALUNOS

- a) Procurar, processar, organizar e sistematizar informação
- b) Usar diferentes suportes e veículos de comunicação
- c) Estimular atitudes de cooperação e colaboração
- d) Desenvolver a competência reflexiva
- e) Facilitar mecanismos de compreensão
- f) Gerir conflitos
- g) Mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e estratégias com vista à tomada de decisões adequadas



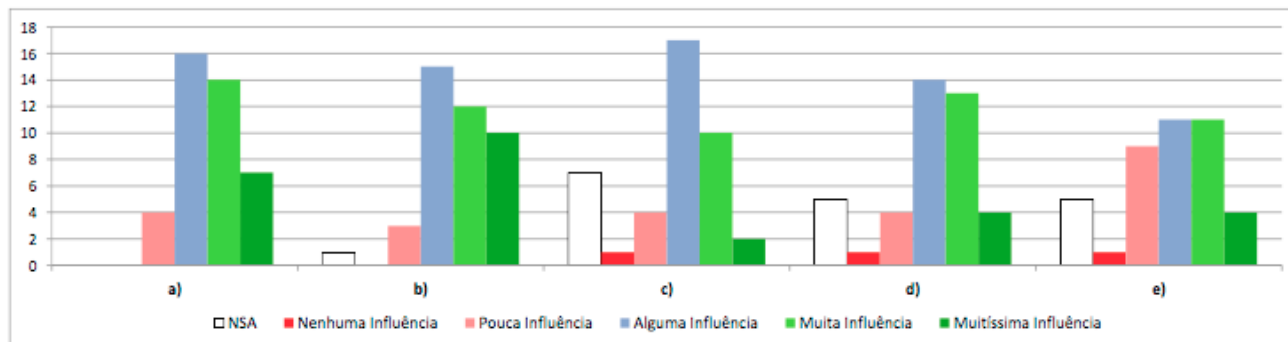
### 4. DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EFETIVAS DE AUTORREFLEXÃO, RELATIVAMENTE...

- a) às decisões educativas
- b) ao insucesso dos alunos
- c) às funções da escola
- d) aos problemas e desafios que a mudança das práticas coloca
- e) às relações escola/comunidade
- f) à análise das necessidades e interesses dos alunos
- g) às capacidades e competências a desenvolver nos alunos
- h) à opção por metodologias ativas que envolvam os alunos em processos investigativos, reflexivos e colaborativos



### 5. DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EFETIVAS DE TRABALHO COLABORATIVO

- a) Promover trabalho de equipa entre professores
- b) Utilizar diferentes modalidades de trabalho colaborativo nas aulas
- c) Promover a colaboração entre professores e órgãos de gestão
- d) Envolver a comunidade nos projetos da Escola
- e) Implicar os Encarregados de Educação no percurso escolar dos seus educandos



Os gráficos aqui reproduzidos permitem obter conclusões bastante animadoras, uma vez que os resultados veiculam, genericamente, uma avaliação muito positiva da qualidade e eficácia da formação realizada no CFAE Castro Daire e Lafões.

Uma vez colhida a perspetiva individual sobre o impacte da formação, importa também perceber o ponto de vista colegial dos representantes das estruturas de coordenação educativa do AESPS relativamente à forma como o percurso formativo dos seus docentes se refletiu na melhoria da aprendizagem no Agrupamento.

Para tal, o seu representante na Secção de Formação e Monitorização do CFAE procedeu à auscultação das referidas estruturas, através dos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, do responsável pela Equipa de Autoavaliação, do Presidente da Secção de Avaliação do Desempenho Docente e do Diretor do Agrupamento (também na qualidade de Presidente do Conselho Pedagógico).

Das conclusões obtidas, destaca-se uma aproximação evidente à perspetiva individual dos docentes, uma vez que as estruturas consideraram que a formação contínua frequentada pelos professores teve *muita influência* na implementação e gestão do currículo, no desenvolvimento de competências nos alunos, no desenvolvimento de práticas efetivas de autorreflexão, com uma especial incidência nos conhecimentos disciplinares e pedagógicos. Embora em linha com os domínios anteriores, reconheceram apenas *alguma influência* no desenvolvimento de práticas efetivas de trabalho colaborativo.

Atenta a dificuldade de mensurar ao pormenor o impacte da formação em toda a atividade pedagógica, didática e científica, esta perspetiva fundamenta-se essencialmente nos bons resultados académicos e sociais dos alunos, obtidos nos últimos dois anos quer ao nível da avaliação interna, quer ao nível da avaliação externa (provas e exames).

Aos resultados dos alunos, junta-se a participação pró-ativa dos professores na definição, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Atividades, um documento onde ganham reflexo as aprendizagens obtidas pelos docentes nas diferentes ações de formação frequentadas, com boas consequências para o elevado número de alunos que participaram nas atividades planificadas.

Ainda a corroborar os bons resultados atrás referenciados, está a última avaliação externa do Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul, efetuada por uma equipa de inspetores da IGEC, tendo esta instituição obtido a menção de Muito Bom em todos os domínios avaliados. É consensual que, não ficando a dever-se essa classificação apenas à atividade formativa dos docentes, há que reconhecer o papel fundamental que esta teve no desempenho do Agrupamento.

#### 4.1 - Levantamento de necessidades de formação

O plano de formação do AESPS foi concebido numa lógica de oferta formativa que abrange os elementos da sua comunidade escolar mais diretamente envolvidos com a dinâmica diária que decorre do cumprimento do seu projeto educativo.

Neste contexto, resulta com naturalidade uma incidência especial na formação do pessoal docente e que, em função disso, se tenha trazido essa preocupação para a centralidade das prioridades formativas, não esquecendo, no entanto, a necessidade de atenção à formação do pessoal não docente.

Porque se trata de um documento dinâmico e, por conseguinte, aberto a eventuais emendas/propostas de inclusão supervenientes, não se coloca de parte uma possível dilatação do quadro das necessidades de formação e da esfera dos seus destinatários.

As necessidades de formação, parte substancial deste documento, resultam de uma auscultação prévia aos agentes da comunidade educativa, da leitura dos documentos orientadores do Agrupamento e do relatório de avaliação externa. A satisfação formativa dessas necessidades passará por uma concertação entre o AESPS e o CFAE, no sentido de as incorporar no plano de formação do Centro de Formação.

São estas as necessidades de formação manifestadas pelo corpo docente:

AÇÃO	JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	OBJETIVOS DIRETOS
1	Necessidade de práticas de articulação curricular em função do sucesso dos alunos	Implementar estratégias de melhoria da eficácia da ação educativa
2	Constatação de dificuldades nos alunos, ao nível da aprendizagem da construção de textos e escritos	Diversificar métodos para melhorar os níveis de desempenho na escrita
3	Centralidade da avaliação formativa na regulação do processo de ensino e aprendizagem	Promover o reajustamento das planificações e a redefinição de estratégias de aprendizagem decorrentes desta modalidade de avaliação
4	A existência de um número considerável de alunos com ritmos de aprendizagem superiores à média	Habilitar os professores com conhecimentos e técnicas em matéria de inclusão
5	Ausência de acompanhamento da prática letiva em sala de aula, enquanto dispositivo de autorregulação e de formação entre pares	Melhorar o desenvolvimento profissional através de práticas pedagógicas.
6	Constrangimentos comunicativos na presença de públicos mais vastos	Atualizar mecanismos e técnicas discursivas
7	Preocupação com o agir em relação com o outro, em estabelecer os deveres mútuos	Reconhecer a complexidade das problemáticas abordadas em matéria de ética e deontologia educacional

#### 4.2 – Prioridades de formação e seus destinatários

AÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PÚBLICO ALVO	PRIORIDADE
1	Promover uma cultura de responsabilização, incentivando a formação de cidadãos livres, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana da educação	Todos (B e S)	Alta
2	Criar condições facilitadoras da formação integral dos alunos, promovendo aprendizagens de qualidade que contribuam para o sucesso	110, 200, 210, 220	Média
3	Promover uma cultura de responsabilização, incentivando a formação de cidadãos livres, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana da educação	Todos (B e S)	Alta
4	Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos apoios e respostas educativas diferenciadas, nomeadamente no apoio aos alunos com dificuldades específicas de aprendizagem	Todos (B e S)	Alta
5	Promover aprendizagens de qualidade que contribuam para o sucesso dos alunos em todas as áreas disciplinares	Todos (B e S)	Alta
6	Fomentar a formação contínua do pessoal docente, adequada às exigências da escola atual	Todos	Média
7	Fomentar a formação contínua do pessoal docente, adequada às exigências da escola atual	Todos (B e S)	Alta

## 5 - Designação e modalidade das ações



AÇÃO	DESIGNAÇÃO	MODALIDADE
1	<i>Articulação curricular – projeto pedagógico comum</i>	Curso de formação
2	<i>Produção de texto – mecanismos de organização textual</i>	Curso de formação
3	<i>Avaliação formativa – implicação dos alunos no processo avaliativo</i>	Curso de formação
4	<i>Procuro a excelência na avaliação: metodologias diferenciadas também para mim</i>	Curso de formação
5	<i>Acompanhamento em sala de aula – autorregulação e formação entre pares</i>	Curso de formação
6	<i>Falar em público: técnicas e mecanismos de desinibição</i>	Curso de formação
7	<i>Ética e deontologia na profissão docente</i>	Curso de formação

Depois de submetidas à apreciação da Comissão Pedagógica da Secção de Formação e Monitorização do CFAE, as propostas foram harmonizadas em função da sua oferta formativa já prevista, ficando cinco delas diluídas em ações afins, nos seguintes moldes:

AÇÃO	HARMONIZAÇÃO	DURAÇÃO
1	<i>Os domínios de articulação curricular (DAC): oportunidades e desafios promotores do sucesso educativo</i>	15
2	<i>Potencialidades da escrita lúdica e criativa na motivação dos alunos para a escrita formal e utilitária</i>	25 + 25
3	<i>Avaliação nos ensinos básico e secundário: como avaliar para o sucesso educativo</i>	25 + 25
4	<i>O cérebro senta-se à frente: contributos das neurociências para a educação</i>	25 + 25
5	<i>Metodologias de aprendizagem ativa e dinâmicas de trabalho pedagógico</i>	25 + 25
6	<i>Falar em público: técnicas e mecanismos de desinibição</i>	20
7	<i>Ética e deontologia na profissão docente</i>	18



Uma satisfação plena de todas as necessidades de formação atrás elencadas resultaria em custos acrescidos apenas nas propostas 9, 10, 13, 18, 19, 21 e 22, devido à necessidade de se recorrer a formadores externos. Todas as outras ações podem ser dinamizadas com recurso à bolsa de formadores internos, o que, salvo as despesas decorrentes da logística organizativa e outras pouco significativas, não imputariam custos acrescidos nem para o CFAE nem para os Agrupamentos associados:

		Custos a imputar (em euros)			
		Formador	Formandos	Logística	Subtotal
1	<i>Articulação curricular – projeto pedagógico comum</i>			10	10
2	<i>Produção de texto – mecanismos de organização textual</i>			10	10
3	<i>Avaliação formativa – implicação dos alunos no processo avaliativo</i>			10	10
4	<i>Procura a excelência na avaliação: metodologias diferenciadas também para mim</i>			10	10
5	<i>Acompanhamento em sala de aula – autorregulação e formação entre pares</i>			10	10
6	<i>Falar em público: técnicas e mecanismos de desinibição</i>			10	10
7	<i>Ética e deontologia na profissão docente</i>	300		10	310
<b>Total</b>					<b>370</b>

Os formadores internos a mobilizar para efeitos da prestação de serviço de formação são selecionados, em cada ano escolar, de acordo com os termos definidos no regulamento interno do CFAECD. Decorrem do articulado desse documento três condições para a integração de um educador/professor/técnico especializado na bolsa de formadores internos, a saber:

1 - Ser formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) ou pela DGAE;

2 - Ser profissionalizado, possuir doutoramento, mestrado ou pós-graduação em área e domínio da Educação e desejar acreditar-se como formador pelo Conselho CCPFC;

3 - Ser profissionalizado com mais de 5 anos de serviço, com reconhecida carreira profissional em área e domínio da Educação e desejar acreditar-se como formador pelo CCPFC ou DGAE.

Atentos os referidos critérios, foi definida uma lista de formadores internos com a seguinte constituição:

<b>Nome do Formador</b>	<b>Grupo de Recrutamento</b>	<b>Registo de acreditação CCPFC n.º</b>	<b>Áreas de acreditação (indicar apenas o código)</b>	
António Manuel Bandeira Rodrigues	510	20160/06	A12; A33	C05
Aníbal de Jesus Barra de Almeida	500	28510/10	C05	
Manuel César Gaspar Fecha	510	20293/06	A06; A12	C05
Elsa Fátima dos Santos	500	-----	-----	-----
Anabela Marques Coelho Gomes	110/910	26821/10	B01; B06	C22
Maria Fátima R. Almeida Martins	110/910	-----	B06	-----
Rogério Fernandes Duarte	250	10635/00	A23	-----
Fernando Coutinho Rodrigues	110	5639/98	C08	-----
Madalena Pereira Lopes Nunes	260	-----	----- --	-----
Maria Emília G. C. Mendes Gomes	910	20536/06	B06	-----
Manuel Álvaro Ferreira Gomes	620	17811/04	A21; B01	-----
Maria Helena A. Ferreira Gomes	620	20197/06	A21	-----
José Miguel Marques Martins Pereira	620	18275/04	A21	-----
Olga Maria C. Oliveira Madanelo	200	27033/10	C05; B02	-----
Alcídio Martins Faustino	220	3845/97	A40; A46	-----





Tal com atrás foi salientado, o plano de formação é um documento dinâmico e, por isso, suscetível a reajustamentos em função de solicitações supervenientes. Trata-se de um princípio assente no pressuposto de que, sem a participação empenhada de toda a comunidade escolar, a sua operacionalização tornar-se-á mais difícil de agilizar.

Apesar de possuir uma aplicabilidade temporal, importa que a avaliação não se esgote no final do seu período de vigência e se proceda a uma aferição intermédia da sua exequibilidade. Não apenas por iniciativa dos seus mentores mais diretos mas também por força de eventuais alterações legislativas específicas ou de alterações nos documentos orientadores do Agrupamento.

O CFAE dispõe de um instrumento de avaliação que coloca à disposição dos Agrupamentos associados. Trata-se de dois questionários dirigidos aos formandos/estruturas educativas e que avalia o impacte da formação frequentada.